

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS  
NO ESTÁGIO COM A NOVA  
ESTRUTURA DO ENSINO  
MÉDIO**

**INTERNSHIP EXPERIENCES  
REPORTS WITH THE NEW  
HIGH SCHOOL STRUCTURE**

*Simone Caldas Leão\**  
*Edson Ferreira da Costa (Dr.)\*\**



Imperatriz (MA), v. 5, n. 8, p. 112-125, jan./jun. 2023  
ISSN 2675-0805

Recebido em: 22 de abril de 2023  
Aprovado em: 28 de julho de 2023

**RESUMO**

Este artigo apresenta relatos de experiência no estágio em Ciências Humanas no Novo Ensino Médio destacando a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação básica, além dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação em período pandêmico por meio de novas modalidades de ensino, tais como: o ensino remoto e híbrido. Pretende-se analisar a problemática: Como o Novo Ensino Médio e a BNCC/2018 foram desenvolvidos durante o período da pandemia na área de Ciências Humanas da Escola SESI Imperatriz? O objetivo desse trabalho é analisar os impactos causados pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) na educação básica, por meio do estágio em Ciências Humanas. Durante o acompanhamento das aulas, foi possível desenvolver os procedimentos metodológicos por meio de observação dos recursos utilizados pelos professores, o fazer pedagógico, os materiais didáticos, as plataformas virtuais e os sites utilizados. Houve registros por meio de fotografias e documentos cedidos pelos professores. Propõe-se uma reflexão sobre a transição que tem ocorrido na educação, especialmente devido aos impactos causados pela pandemia, e como isso remodela os saberes profissionais dos professores e proporciona uma nova estrutura de formação docente bem como de experiência no estágio.

**Palavras-chave:** Ciências Humanas. BNCC. Formação Docente. Pandemia.

\* Especialista em Metodologia Ensino Superior (FABIC). Graduada em Letras (UEMA). Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (UFMA); E-mail: simone.c.leao@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3747-1605>.

\*\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Imperatriz, do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia. E-mail: ferreira.edson@ufma.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6116-9550>.

## ABSTRACT

This article presents internship experiences reports in Human Sciences in the new High School pointing out the implementation of the National Curricular Common Base (BNCC) in the basic education beyond the challenges faced by the education professionals in pandemic period through new teaching modalities, such as: remote and hybrid teaching. It aims to analyze the problem: How did New High School and BNCC/2018 develop during the pandemic period in the area of Human Sciences at SESI School? The purpose of this paper is to analyze the impacts caused by the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC/2018) in basic education, through the internship in Human Sciences. During class monitoring was possible to develop methodological procedures through observation of the resources used by teachers, the pedagogical way, the didactic materials, virtual platforms and websites used. There were records through photographs and documents provided by teachers. It is proposed a reflection about the transition that has taken place in education, especially due to the impacts caused by pandemic and how this remodels the professional knowledge of teachers and provides a new structure of teachers training as well as internship experience.

**Keywords:** Human Sciences. BNCC. Teacher Training. Pandemic.

### 1 Introdução

A partir das mudanças estabelecidas pelo Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC – Formação), pode-se perceber uma descrição que fundamenta a política de formação docente destacando a associação e articulação entre a teoria e as práticas pedagógicas.

A resolução traz a estrutura da organização curricular dos cursos superiores que tem como um de seus princípios norteadores o reconhecimento de que a formação dos professores exige um conjunto de conhecimentos que vai além do estágio obrigatório, que deve integrar teoria e prática com centralidade na prática por meio de estágios que proporcionem a experiência em fazer planejamentos, a regência em sala de aula e que permita conhecer os vários tipos de avaliação existentes no ambiente escolar.

A resolução ainda determina a carga horária dos cursos de licenciatura com a distribuição de 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado em situação real de trabalho em escola. A partir dessas determinações, percebe-se a importância do estágio na formação do professor e que essa etapa não deve ser para repetição de modelos ou reprodução da prática, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2004, p.22). Assim, o estágio deve proporcionar uma análise crítica fundamentada, não para rotular escolas e

profissionais, mas para proporcionar contribuições ao ambiente escolar e construção de saberes pedagógicos.

De acordo com Pimenta e Lima (2006), o estágio não deve ser percebido como um apêndice curricular, mas como um instrumento pedagógico que contribui para a superação da dicotomia que separa teoria e prática. Dessa maneira, entende-se que é por meio da etapa de estágio que pode haver uma aproximação do curso de formação com as vivências da escola.

Neste sentido, buscamos analisar alguns desafios observados no campo de estágio referente a implementação do Novo Ensino Médio, de acordo com a BNCC/2028, nas disciplinas de Ciências Humanas, na Escola SESI Imperatriz, durante o período da pandemia. Apresentaremos ao longo do trabalho aspectos relevantes quanto a dimensão didático-pedagógica que revela o cenário em que aconteceram as aulas dos professores de humanas na escola campo, em vista de analisar a experiência do estágio em um período de decretos, de isolamento social e uso de plataformas para o ensino remoto.

## 2 Metodologia

O estágio em Ciências Humanas, no Ensino Médio, ocorreu apenas por meio da modalidade de ensino remoto, pois os decretos municipais até o período desse estágio, entre os meses de março e abril de 2021, não autorizavam o ensino híbrido nesse nível de ensino, embora nesse mesmo período a educação infantil e os anos iniciais e finais estivessem em ensino híbrido.

O estágio foi realizado na Escola SESI – Marly Sarney, na cidade de Imperatriz no Maranhão com objetivo de proporcionar uma aproximação do estagiário com os conteúdos trabalhados nesse nível de ensino e, por meio de análise da prática pedagógica, conhecimento das metodologias e ferramentas utilizadas pelo professor, especialmente nesse período atípico, além de possibilitar ao estudante a oportunidade de criar vínculos com a instituição, conhecendo as plataformas e estratégias de ensino.

É importante destacar que se percebeu o novo formato do Ensino Médio na escola, seguindo a Base Nacional Comum Curricular –BNCC, homologada em 2018 que possui uma estrutura por área de ensino, sem eliminar os componentes curriculares, proporcionando uma interdisciplinaridade entre os diferentes conhecimentos, com um novo modelo flexível e diversificado a partir da Lei nº 13.415/2017 que alterou a LDB, estabelecendo que:

**O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – linguagens e suas tecnologias;
- II – matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;  
V – formação técnica e profissional  
(BRASIL, 2018, p.468, grifo nosso).

Tendo em vista esse novo modelo de ensino, os professores realizam planejamentos aos sábados, carga horária essa já contabilizada no seu contrato de trabalho, quando eles se reúnem em grupos de áreas e estudam e discutem as metodologias e os temas que serão trabalhados semanalmente. Os componentes se interagem nesse planejamento e há uma troca de ideias e experiências entre as áreas. Há ainda uma formação a cada dois ou três meses com assessores da própria editora do material didático da escola, a “Somos Educação”. Os assessores fazem estudos das habilidades e competências, da construção de planos e do uso de metodologias ativas, além de uso das plataformas e aplicação de simulados SAEB e ENEM. Percebe-se que o planejamento dos professores nesse novo cenário é um grande pilar para a efetivação dessa nova proposta de ensino médio.

### 3 Exposição teórica

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada para o ensino fundamental desde 20 de dezembro de 2017 e para o ensino médio desde 14 de dezembro de 2018, dando um prazo de dois anos para as escolas se adequarem, para que modifiquem seus projetos políticos pedagógicos, atualizem os materiais didáticos e preparem os professores. Na escola SESI, a implementação aconteceu ainda em 2019, mas houve pouco tempo para viver isso no presencial, pois, em março de 2020, foi decretada a pandemia da Covid- 19, que mudou o calendário letivo e permitiu o ensino não presencial com uso de tecnologias a partir da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, e da Resolução CEE/MA nº 94/2020.

Os professores tiveram que vivenciar o estado de calamidade do país e ao mesmo tempo compreender o novo documento que determinaria as direções do futuro da educação. A BNCC é um documento que possui um conjunto de orientações, normas, habilidades e competências organizadas de forma padronizada por etapa de ensino e tem o objetivo de reformular os currículos para um ensino que proporcione o desenvolvimento global humano (BRASIL, 2018, p. 14).

A BNCC ainda dialoga com outros documentos oficiais da educação que fundamentam sua existência tais como: a própria Constituição Federal (1988), que em seu Art. 210 estabelece uma base comum de conhecimentos; a LDB, que em seu artigo 26 regulamenta uma base nacional; os PCNs do Ensino Fundamental e Médio entre 1997 e 2000, que orientam os parâmetros curriculares nacionais com metodologias e didáticas de ensino; e, em 2010, as DCNs, que são diretrizes que definem áreas de conhecimento. Estes dois últimos foram referências para a construção da BNCC, além do PNE:

A Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 (dez) anos. O Plano tem 20 metas

para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

Além de todos esses documentos, houve a criação de um documento territorial com as características próprias de cada local do país, ou seja, uma adaptação das habilidade e competências de acordo com aspectos históricos e culturais dos estados brasileiros. Esse documento é uma tentativa de nivelar a base às diferentes realidades e costumes que se espalham nas regiões do Brasil. No Maranhão, o DCTM - Documento Curricular do Território Maranhense para educação infantil e ensino fundamental, foi aprovado pelo CEE-MA no dia 28 de dezembro de 2019, e para o ensino médio, o governo protocolou junto ao CEE no dia 09 de dezembro de 2021.

A partir desse cenário com todas essas ações em prol da modernização e democratização por uma educação de qualidade, segue abaixo infográfico que sintetiza os documentos necessários para conhecimento e pesquisa de profissionais da educação, especialmente aos estudantes de licenciatura que nos últimos dois anos estão nas universidades por meio de ensino remoto, mas foram às escolas públicas e privadas ter a experiência de estágio de forma híbrida ou presencial e se deparam com livros e projetos estruturados na BNCC e necessitam compreender sua construção:

**Figura 1** - Infográfico: Documentos oficiais que fundamentam a BNCC



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

A partir dessa imagem percebe-se que há um rol de documentos que regem a metodologia e atribuições de um professor. É importante que durante a graduação os cursos de licenciatura apresentem aos estudantes esses materiais, preparando-os para o estágio nas escolas onde eles poderão ter mais respaldo legal desde como conduzir sua carreira docente até a compreensão de como elaborar um bom plano de aula e executá-lo de acordo com as características do seu local de trabalho.

Ainda para compreender a importância da BNCC é necessário conhecer um pouco da história da educação no Brasil que está vinculada ao mercado de trabalho e aos representantes políticos, bem como ao favorecimento às classes dominantes. A educação é sempre negligenciada quando se observam os marcos legais no Brasil, a contar com sete Constituições e três Leis de Diretrizes e Bases. Percorreu-se um longo caminho de luta e, até aqui, há ainda muito o que melhorar.

Ao analisarmos os documentos históricos da educação sente-se uma provocação para compreensão de uma linha do tempo, o que demonstra o surgimento de leis, decretos, manifestações, resoluções que seus resquícios culminam na atualidade.

De acordo com Souza (2018), desde o período colonial com a educação dos jesuítas, pode-se perceber que o objetivo era conter o avanço da reforma protestante. A educação nessa época era regulamentada pelo documento escrito por Inácio de Loyola, o *Ratio Studiorum*. Em 1759, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, expulsa os jesuítas e o Estado assume a responsabilidade pela educação piorando o ensino brasileiro.

No período Imperial, de 1882 a 1889, surge o método Lancaster, que consiste em um aluno que aprende e redistribui esse saber entre outros grupos de alunos, sendo assim uma forma de diminuir gastos com contratações de professores.

Com a primeira Constituição brasileira em 1824, todos os brasileiros teriam acesso ao ensino primário gratuito, mas logo surge uma nova Constituição (1891) na primeira República de 1889 a 1930, que descentraliza o ensino, mas privilegia somente a elite. Isso desencadeia movimentos e manifestações entre 1930-1937. O Ministério da Educação é criado em 1931, “com o ideal de educação, obrigatória, gratuita e laica” (SOUZA, 2018) a partir do Manifesto dos Pioneiros em que se promulgou a terceira Constituição de 1934, que possuía um capítulo voltado para a educação, embora muito tenha sido suprimido pela quarta Constituição de 1937, imposta por Getúlio Vargas. A quinta Constituição, de 1946, retoma mais uma vez os assuntos educacionais. Houve ainda a Reforma Francisco Campos para a criação dos cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia; e a Reforma Capanema que segundo Aranha (2006):

Definiu pela Lei Orgânica, a criação de dois tipos de ensino profissional. Um deles, mantido pelo sistema oficial, e o outro, paralelo, pelas empresas, embora supervisionado pelo Estado. Assim, em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, com cursos para aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de programas de atualização profissional. Pelo mesmo procedimento, em 1946 — já após o Estado Novo — surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A população de baixa renda, desejosa de se profissionalizar, encontrou nesses cursos boas condições de estudo, mesmo porque os alunos eram pagos para aprender (ARANHA, 2006, p. 541).

O SENAI era uma oportunidade de qualificação da mão de obra para os jovens, que foi considerado um benefício para os trabalhadores pelos sindicatos da

época. A instituição existe até hoje, oferecendo cursos para os jovens, vinculando a educação básica do SESI à Educação Profissional.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 4.024/61, surgiu em 1961 e, logo após a sexta Constituição de 1967, no Regime Militar, surge a 2ª Lei de Diretrizes e Bases, nº 5692/71, que reformulava o ensino em 1º e 2º grau. Com a Nova República, promulga-se a 7ª e atual Constituição Brasileira (1988), essa voltando uma atenção especial para a educação, postulando assim a também atual e 3ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, também conhecida com o nome de seu criador Darcy Ribeiro que já apontava no seu artigo 26 a necessidade de uma Base Comum.

Percebe-se que em vários pontos históricos da educação há um direcionamento que aponta para o surgimento de uma base. Em muitos momentos a educação no Brasil é negligenciada, e a criação desse Base é aclamada como se fosse a solução para nivelar e solucionar os problemas educacionais do país dentro de um prazo estabelecido.

#### 4 Contexto da vivência

A Escola SESI Marly Sarney, como era conhecida até ano de 2021, pois se tornou apenas Escola SESI-Imperatriz, em 2022, possui uma história vinculada ao contexto do Brasil, antes de ser conhecida como ela é hoje, com unidades em algumas cidades brasileiras como escolas para dependentes de trabalhadores da indústria. A partir do cenário pós-guerra em 1945, houve uma necessidade de direcionar a economia do país para o desenvolvimento e para a busca da “paz social”. É com esse intuito que:

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) elaborou, juntamente com sindicatos patronais e de empregados do estado, a “Carta da Paz Social”, na qual se afirmava que “uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar [...] uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles o sentimento de solidariedade e confiança” (SESI, 1976, p. 19). Uma das propostas era a criação de “um fundo social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiassem os empregados de todas as categorias, em assistência social em geral, repartindo com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população” (SESI, 1976, p. 19). A partir dessa proposta, foi regulamentada a implementação do SESI, que se efetivou em 25 de junho de 1946, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, pelo Decreto-Lei nº. 9.403. Coube à CNI criar, organizar e dirigir o SESI. Seu Conselho de Representantes elaborou o Regulamento da nova instituição, publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho. Em 7 de agosto, o SESI foi inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. A iniciativa dos industriais foi prontamente expandida para os comerciantes, tendo o Decreto-Lei nº. 9.853, de 13 de setembro de 1946, autorizado a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio (SESC) (SESI, 2008, p.36-37).

A Escola SESI – Marly Sarney foi inaugurada na cidade de Imperatriz em 1974. A sigla significa Serviço Social da Indústria. A escola é localizada na Rua Aquiles Lisboa, com o objetivo de atender estudantes dependentes de trabalhadores da Indústria, bem como a comunidade em geral. A escola ocupa uma quadra, no bairro Mercadinho, possui 16 salas, laboratórios de robótica, matemática, ciências, gamificação e um laboratório de alfabetização infantil/ espaço maker, uma biblioteca, um auditório, um ginásio poliesportivo e duas piscinas, infantil e adulto. Há um estacionamento para funcionários. Anexo ao prédio da escola, há o prédio Casa da Indústria Edilson Baldez, onde ficam as salas do Ensino Médio.

A escola faz parte de um sistema de instituições da Federação das Indústrias do Maranhão – FIEMA, criada em 1959, juntamente com SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que oferece os cursos técnicos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, formando juntos a sigla: EMIEP – Ensino Médio Integrado com Ensino Técnico Profissionalizante. Há também o IEL – Instituto Euvaldo Lode que possui uma plataforma de cadastros de jovens no Ensino Médio e Graduandos que buscam por estágios e oportunidades de trabalho em empresas e indústrias. O IEL facilita a comunicação e o processo de contratação entre o aprendiz e o empregador. É importante observar que:

O SESI é uma instituição privada de caráter público. Não está diretamente subordinado ao poder público, apesar de contar com seu amparo e prestar-lhe contas. Com serviços organizados nos moldes das empresas privadas, possui patrimônio próprio e direção particular, mas não visa lucro. Essa especificidade exigiu um desenho administrativo próprio (SESI, 2008, p.41).

As Instituições trabalham entre si, formando o Sistema FIEMA, oferecendo diferentes serviços aos trabalhadores e estudantes. A estrutura da escola foi reinaugurada em 19 novembro de 2020. A escola possui 80 funcionários, entre os quais, 40 são professores, que atuam: na Educação Infantil com 130 alunos; no Ensino Fundamental Anos Iniciais, com 240 alunos; no Ensino Fundamental Anos Finais, com 248 alunos; e no Novo Ensino Médio e Profissionalizante, com 138 alunos, totalizando 756 matrículas em 2021.

Cada segmento possui uma coordenação, cada sala possui um auxiliar para o(a) professor (a). A contratação de todos os colaboradores é feita por meio de Seleção com publicação de Edital no site da FIEMA, por meio de provas objetivas, didática e títulos. Ocorre uma Formação Continuada por mês. A escola possui a Gestão de Raimunda Ferreira do Monte e a Gerência de Maria do Amparo Freitas Alencar. A Instituição está inserida em um CAT – Centro de Atendimento ao Trabalhador, oferecendo, além de Educação, serviços de Esporte, Lazer, Saúde e Segurança do Trabalho – SST: com médico, engenheiro, enfermeiro, dentistas etc.

O SESI, juntamente com o IEL, a cada dois anos, recruta estagiários de cursos de licenciaturas nas universidades públicas e privadas de Imperatriz, faz seletivo e entrevistas, oportunizando que os estudantes tenham a chance de conhecer sua estrutura e didática, oferecendo um estágio remunerado com

contrato de trabalho de 1 ano, que pode ser renovado por mais um ano. As ofertas de vagas são da educação infantil ao ensino médio, na sala de aula, secretaria, coordenação, biblioteca etc.

#### 4.1 Análise e discussão da vivência

A área de Ciências Humanas é ministrada por dois professores na instituição. O estágio por meio de observação ocorreu na 1ª série - turma b, com três horários na quinta-feira, das 10h às 12h30. Nesse dia da semana, o professor Ricardo Lucena ministra as aulas e enviava os links com convites por e-mail para que fosse possível ter acesso à aula. Durante as observações, notou-se que o professor ministra as aulas com os diferentes componentes curriculares, começando com Filosofia, Sociologia, História e Geografia. Os conteúdos se intercalam no material e as atividades acontecem dentro da área, sem delimitação por nome de disciplina como acontecia no ensino médio antes.

No dia 15 de abril de 2021, os alunos estavam em um momento assíncrono de 10:50 às 11:40, após receber orientações do Professor para realizar um mapa mental depois de realizarem a leitura, explicação e problematização sobre "Aristóteles" e "Novas formas de pensar o mundo: Teorias do Conhecimento" (Livro didático, p. 120 a 131).

Figura 1 – Material



Fonte: Documento cedido pelo professor (2021)

No roteiro de atividades do Professor, ele solicita uma atividade extraclasse para que os alunos realizem uma atividade avaliativa que faz parte da montagem do portfólio – A atividade é chamada de “EVIDÊNCIA”. O portfólio contabiliza juntamente com outras tarefas cujas fotografias são enviadas ao professor por meio de *links e forms* que dão os conceitos e notas bimestrais dos alunos. Abaixo o modelo da atividade que o professor concedeu:

**Figura 3 – Atividade**

**ESCREVENDO & CITANDO**

Escolha uma das teorias do conhecimento (Positivismo ou Marxismo - páginas 124 a 127, do Livro I) que você leu nesta semana. Cite três detalhes importantes na coluna da esquerda. Então, escreva suas conclusões sobre ela, lembrando sempre de citar sua fonte. Por fim, inclua uma bibliografia. **ESTA É UMA EVIDÊNCIA DO PORTFÓLIO.**

TEORIA \_\_\_\_\_

DETALHE 1 \_\_\_\_\_

DETALHE 2 \_\_\_\_\_

DETALHE 3 \_\_\_\_\_

MINHAS CONCLUSÕES \_\_\_\_\_

BIBLIOGRAFIA \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Série & Turma: \_\_\_\_\_

Professor: Ricardo Lucas

Data: \_\_\_\_\_

**Fonte:** Documento cedido pelo professor entrevistado (2021)

A partir da observação dessas duas atividades, retoma-se uma problemática discussão a respeito do ensino da Filosofia e da Sociologia nas escolas de ensino médio no Brasil, pois, na Constituição de 1971, essas disciplinas haviam sido excluídas e só foram incorporadas novamente ao currículo, após 37 anos, em junho de 2008 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022). Isso ocorreu tendo em vista a importância desses componentes nas Ciências Humanas, assim como conceitua Demerval Saviani:

A filosofia, enquanto concepção de mundo, formula e encaminha a solução dos grandes problemas postos pela época que ela se constitui. Como tal, ela contém em si, de forma sintética e conceptualizada, a problemática da época. Por isso, os filósofos que a História reconhece como tais, são, via de regra, os grandes intelectuais que conseguiram expressar de forma mais elaborada os problemas das respectivas fases de desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, se tornaram clássicos, isto é, integram o patrimônio cultural da humanidade já que suas formulações embora radicadas numa época determinada, extrapolam os limites dessa época, mantendo o seu interesse mesmo para as épocas ulteriores (SAVIANI, 1990).

Por proporcionar um pensamento crítico, questionador e reflexivo aos estudantes, essas disciplinas, no percurso histórico da educação no Brasil, são suprimidas e temidas por uma possível doutrinação que pode ocorrer nas salas de aula. Durante o processo de reforma no ensino médio, as disciplinas foram para votação na Câmara dos Deputados, assim como Artes e Educação Física, para decidir se fariam parte da BNCC. De acordo com a redação final da Medida Provisória nº 746-b, de 2016, o Projeto de lei de conversão nº 34, de 2016, a decisão foi que permaneçam obrigatórias, mas não nos três anos, além de serem diluídas entre os outros componentes da área, como pode-se perceber durante as aulas do estágio na escola SESI.

O professor Ricardo disponibilizou acesso aos seus materiais e apresentou seu projeto desenvolvido durante o ano inteiro com os alunos – Projeto: ATUALIZE-SE. Esse projeto direciona os alunos a buscarem notícias nas redes de comunicação que chamem sua atenção e que queiram apresentar na sala. Todas as aulas, o professor faz o sorteio de quais alunos irão apresentar na próxima aula. A exigência do projeto é que os alunos possam relacionar as notícias da sociedade atual com a área das Ciências Humanas. Abaixo segue uma captura de tela concedida pelo professor com algumas postagens dos alunos.

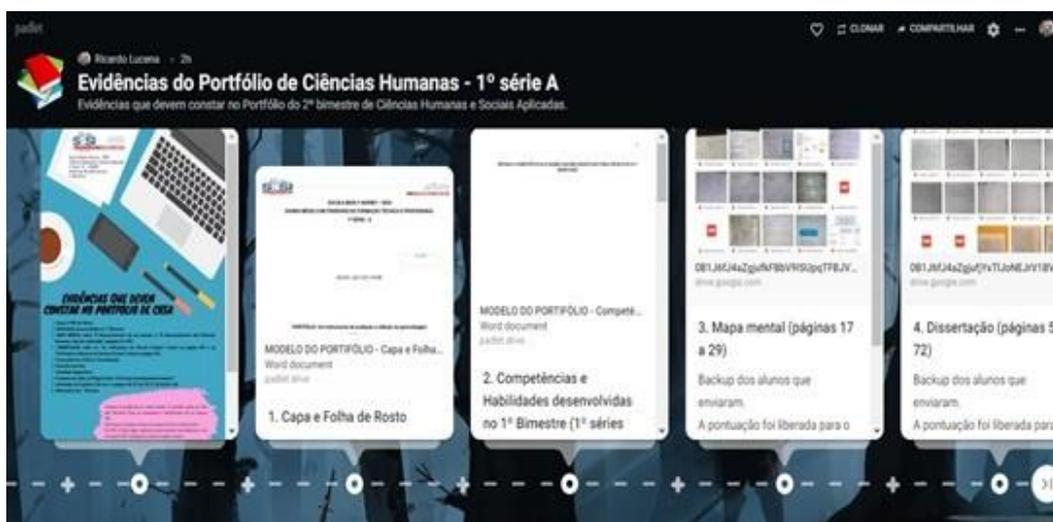
**Figura 4 – Tela**



**Fonte:** Documento cedido pelo professor entrevistado (2021)

O professor utiliza o site PADLET para que os alunos postem as notícias e para criar uma linha do tempo das atividades que são desenvolvidas no semestre. Dessa maneira, eles podem ler as notícias uns dos outros e com as apresentações há o desenvolvimento de debates e construções de argumentos críticos sobre fatos que ocorrem na sociedade brasileira. Abaixo a linha do tempo que possui cada EVIDÊNCIA, ou seja, atividade que será cobrada para o portfólio online, para que os alunos postem suas atividades.

**Figura 5 – Evidências**



**Fonte:** Documento cedido pelo professor entrevistado (2021)

A escola possui ainda uma plataforma GEEKIE LAB para que os alunos desenvolvam atividades, onde eles podem ser avaliados por meio da porcentagem de questões que respondem. Essa plataforma é utilizada como recurso de atividade para casa ou complemento de sala de aula. Abaixo, foto cedida pelo professor com desempenho dos alunos nas atividades:

**Figura 6** – Desempenho dos alunos



Nome	Nota	Status
THIAGO NEVES SILVA	8,0	OK
YVINA LUISA SOARES SOUSA	8,0	OK
BRUNN DALLS MENDES	10,0	OK
DIANNA DOS SANTOS LEONEL	8,0	OK
JOS PAULO DE MOURA NETO	8,0	OK
LUCAS GABRIEL BORGES VIEIRA	10,0	OK
MIRELLY MACALHAES DE ABALHO	8,0	OK
RODRIGO FRANCISCO NEVES FERREIRA LOPES	10,0	OK
ALICE GIOVANNA DOS ANJOS DALLAQUIM	8,0	OK
THAIS SOUSA SILVA	8,0	OK

**Fonte:** Documento cedido pelo professor entrevistado (2021)

No dia 22 de abril, o professor inverteu o horário dele com momento assíncrono primeiro e depois apresentações, para que fosse a observação da aula síncrona. No primeiro momento, os alunos tiveram que realizar leituras do livro 2 iniciando o 2º bimestre. O material ainda não estava disponível para os alunos, mas o professor organizou as páginas e disponibilizou um link para os alunos baixarem até que eles recebessem o livro. No segundo momento síncrono, o professor começou a aula chamando as alunas sorteadas para apresentarem as notícias que elas pesquisaram para o Projeto Atualize-se. As alunas apresentaram o Caso do garoto Henry e um acidente de carro com caminhões. Abaixo, há uma captura de tela permitida pelo professor, tendo em vista que os alunos não ligam as câmeras, mas escrevem no *chat* e ligam o microfone. O professor sempre faz as gravações das aulas e disponibiliza quando necessário.

**Figura 7** – Aula



**Fonte:** Documento cedido pelo professor (2021)

Esta é uma imagem carregada de significados para estudantes, estagiários e professores que viveram em isolamento social nos anos de 2020 e 2021. O professor Ricardo estava sozinho na sala de aula no seu local de trabalho, porque naquele semestre, os funcionários já retornavam gradativamente às instituições. Mesmo estando sozinho ele estava lecionando de máscara, com falta de ar, com dificuldades para pronunciar as palavras pela máscara de tecido, juntamente com os óculos que também embaçavam. O professor explicava sem ver seu receptor, mesmo assim tentava ser criativo e ter entusiasmo. Esse cenário no processo de ensino – aprendizagem foi muito marcante nesse período.

Logo após as apresentações das alunas, o professor começou os capítulos iniciais do novo livro que apresenta uma abordagem histórica, considerando que o livro é interdisciplinar ele vem mesclando diferentes abordagens dos componentes da área de Ciências Humanas. Ele compartilhou na tela uma imagem com períodos da História e explica o conteúdo para os alunos fazerem as atividades propostas.

**Figura 8** – Aula de História



**Fonte:** Documento cedido pelo professor (2021)

No dia 29 de abril, o professor começou a aula fazendo a chamada e logo após chamou os alunos sorteados para apresentarem suas notícias. Uma aluna apresentou a notícia das relações exteriores do Brasil e China devido a uma fala do Ministro Paulo Guedes sobre a China ter inventado o vírus. Ela pede ao professor a oportunidade de apresentar duas notícias, acrescentando ao final dessa mais uma sobre o aumento da fome na América Latina até 2030. Logo após, o professor corrige as atividades da aula anterior, compartilha o livro digital e faz as explicações tirando as dúvidas dos alunos.

Durante a oportunidade de participar das aulas de Ciências Humanas como estagiária, observando as metodologias, estruturas e materiais utilizados pela escola e pelo professor, no ensino médio da Escola SESI, percebe-se um enorme esforço da Instituição e do professor de alcançarem as propostas estabelecidas pelos documentos oficiais do Ministério da Educação, bem como se adequar e desenvolver as habilidade e competências propostas pela BNCC.

Há também a colaboração dos alunos que, mesmo em distanciamento social, participam das aulas, entregam as atividades e atendem as propostas. Os alunos se envolvem com os temas e se adaptam ao novo ensino médio, embora considerem ter poucas aulas de algumas disciplinas e alguns acharem cansativo o ensino técnico, pois para eles o preparo para o exame nacional do ensino médio é um dos objetivos mais importante desse nível de ensino, tendo em vista que almejam a universidade.

## 5 Considerações finais

É a partir da observação do fazer pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula que se pode exercer a profissão de professor. Como Pimenta e Lima destacam:

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer 'algo' ou 'ação'. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons (PIMENTA; LIMA, 2006, p.7).

Nessa experiência de observação, pode-se desenvolver uma análise crítica e elaborar novas metodologias, perceber formas de adequação da docência em diferentes cenários como o que aconteceu com as instituições de ensino durante a pandemia, em que os professores tiveram o grande desafio de estabelecer novas estratégias de ensino.

Com a realização das observações das aulas no ensino médio da Escola SESI, pode-se concluir que há uma nova face da escola, uma nova versão com várias perspectivas sendo colocadas em prática. Desde 2017, com a homologação da BNCC, os professores já sabiam que haveria muito trabalho pela frente em 2018 e 2019, novos modelos de planos, novos materiais e formas de avaliação, e em 2020, colocar em prática as habilidades da BNCC, as metodologias ativas e os efeitos da COVID -19, foi um divisor de águas. O ambiente escolar, após todos esses impactos, tem se reinventado e por meio da participação nessas aulas notou-se uma enorme demanda de atribuições a que os professores têm se adaptado e realizado com maestria.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 22 abr. 2022.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Histórico**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico> Acesso em: 23 abr. 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis**. Pedagógica, [S. l.], v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v3i3e4.10542. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 19 mai. 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **HISTÓRICO DA BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em 22 abr. 2022.

PORTAL MEC. **Filosofia e Sociologia no ensino médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SAVIANI, Demerval. Contribuições da Filosofia para a educação. **Em Aberto**. Brasília, ano 9. n. 45, jan-mar. 1990.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional. **O SESI, o trabalhador e a indústria: um resgate histórico / SESI/DN**. – Brasília: SESI/DN, 2008.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA . Departamento Nacional. **SESI 30 anos: 1946/1976**. Rio de Janeiro, 1976.

SEDUC. Governo do Maranhão. **Conheça o Documento Curricular do Território Maranhense para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/conheca-o-documento-curricular-do-territorio-maranhense-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. Revista Educação Pública - Educação e História da Educação no Brasil, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 23 abr. 2022.